

**René Ariel Dotti**

Curso de  
**Direito Penal**

**PARTE GERAL**

**Atualizadores**

Alexandre Knopfholz • Gustavo Britta Scandelari

**8ª edição**

Revista e atualizada



THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Conteúdo Editorial Júnior:* Bárbara Baraldi

*Estagiários:* Ana Amalia Strojnowski, Mariane Cordeiro e Mirna Adel Nasser

*Produção Editorial*

*Gerente de Conteúdo*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analistas de Operações Editoriais:* Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa e Victória Menezes Pereira

*Estagiários:* Bianca Satie Abduch, Gabrielly N. C. Saraiva, Maria Carolina Ferreira e Sofia Mattos

*Capa:* WK Editoração

*Adaptação capa:* Ariei Villalba e Cinthia Riveros

*Líder de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILLA FUREGATO DA SILVA**

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Assistente de Produção Gráfica:* Ana Paula de Araújo Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Dotti, René Ariel

Curso de Direito Penal: Parte Geral / René Ariel Dotti ; com atualização de Alexandre Knoppholz e Gustavo Britta Scandelari. -- 8. ed. rev., atual. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2022.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5991-460-9

1. Direito penal 2. Direito penal - Brasil I. Knoppholz, Alexandre. II. Scandelari, Gustavo Britta. IV. Título.

21-92463

CDU-343

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Direito penal 343

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

**SUMÁRIO**

PREFÁCIO À OITAVA EDIÇÃO.....	9
<b>TÍTULO I. O SISTEMA PENAL</b>	
<b>CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>59</b>
1. Missão e limites do Direito Penal.....	59
2. O sistema penal.....	60
3. O sistema positivo penal.....	61
4. Elementos do sistema.....	61
5. O sistema penal para a criminologia crítica .....	63
<b>CAPÍTULO II. O SISTEMA POSITIVO VIGENTE.....</b>	<b>65</b>
6. As normas constitucionais: natureza e função do princípio .....	65
7. As normas infraconstitucionais penais .....	66
8. As normas infraconstitucionais extrapenais .....	67
<b>SEÇÃO I. O DIREITO PENAL FUNDAMENTAL.....</b>	<b>67</b>
9. Conceito.....	67
10. Código Penal.....	68
<b>SEÇÃO II. O DIREITO PENAL COMPLEMENTAR .....</b>	<b>69</b>
11. Conceito.....	69
12. Distinção entre crime e contravenção .....	69
13. A consolidação das leis penais .....	70
<b>SEÇÃO III. TENTATIVAS DE CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS ESPECIAIS .....</b>	<b>71</b>
14. O Anteprojeto de 1984.....	71
15. A revisão do Anteprojeto de 1984.....	72
16. O esboço de 1994.....	72
A. A necessidade da reforma.....	73
B. A não conclusão dos trabalhos.....	73
C. A indiferença oficial.....	74
17. O Anteprojeto de 1998.....	74
A. O aproveitamento do Esboço .....	74
B. A publicação do Anteprojeto.....	74
C. A Comissão de Revisão.....	75
D. A paralisação dos trabalhos.....	75
18. As leis penais de reforma.....	75
<b>SEÇÃO IV. O DIREITO PENAL COMUM.....</b>	<b>76</b>
19. Conceito.....	76
20. Exemplos.....	76
<b>SEÇÃO V. O DIREITO PENAL ESPECIAL.....</b>	<b>76</b>
21. Conceito.....	76

22. Exemplos.....	77
<b>CAPÍTULO III. MOVIMENTOS DE REFORMA DO SISTEMA.....</b>	<b>78</b>
<b>SEÇÃO I. O MOVIMENTO DE LEI E ORDEM.....</b>	<b>78</b>
23. Noções gerais .....	78
24. O discurso político do crime e o direito penal do inimigo .....	79
25. Meios de comunicação, violência e criminalidade.....	82
26. A globalização e os rumos da Política Criminal.....	85
27. As propostas de criminalização e agravação das penas.....	88
<b>SEÇÃO II. O MOVIMENTO ABOLICIONISTA .....</b>	<b>90</b>
28. Noções gerais .....	90
29. A abolição da pena de prisão.....	91
30. A deslegitimação do sistema penal.....	92
31. O discurso anárquico .....	94
32. Mudanças sociais e sistemas legais.....	95
<b>SEÇÃO III. O MOVIMENTO CRÍTICO.....</b>	<b>96</b>
33. Noções gerais .....	96
34. O positivismo jurídico .....	96
35. O dogmatismo jurídico .....	98
36. O garantismo penal: a doutrina de Ferrajoli.....	101
37. A inflação legislativa .....	102
38. O princípio da intervenção mínima.....	104
39. Propostas fundamentais.....	105
<b>SEÇÃO IV. O SISTEMA PENAL CONSENSUAL .....</b>	<b>106</b>
40. Noções gerais .....	106
41. Formas da justiça penal consensual.....	106
42. A despenalização judicial .....	107
43. Alternativas à jurisdição penal.....	108
<b>TÍTULO II. A CIÊNCIA DO DIREITO PENAL</b>	
<b>CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>109</b>
1. As ciências naturais.....	109
2. As ciências humanas .....	109
3. A ciência do Direito Penal.....	110
<b>CAPÍTULO II. O ESTUDO DO DIREITO PENAL.....</b>	<b>111</b>
4. O problema do método .....	111
5. A exegese.....	111
6. A dogmática .....	112
7. A hermenêutica.....	112
8. A crítica.....	113
<b>CAPÍTULO III. NATUREZA E FINS DO DIREITO PENAL .....</b>	<b>114</b>
9. Noções gerais .....	114
A. Direito objetivo e direito subjetivo .....	114

B. Distinção fundamental .....	114
10. Conceito .....	114
11. Denominação .....	115
SEÇÃO ÚNICA. CARACTERES FUNDAMENTAIS .....	115
12. Caráter positivo .....	115
13. Caráter público .....	116
14. Caráter autônomo .....	116
15. Caráter sancionatório .....	116
16. Caráter constitutivo .....	117
17. Caráter original .....	118
18. Caráter valorativo .....	119
19. Caráter coercitivo .....	119
CAPÍTULO IV. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PENAL .....	120
20. O princípio da humanidade das sanções .....	120
21. O princípio da presunção de inocência .....	121
SEÇÃO I. O PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE DA LEI PENAL .....	124
22. Precisão terminológica .....	124
23. O marco constitucional .....	125
24. Evolução histórica do <i>nullum crimen, nulla poena sine lege</i> .....	125
25. Tribunal de Nuremberg .....	126
26. A norma penal .....	128
27. Os textos internacionais .....	128
§ 1.º ● OS MARCOS LEGISLATIVOS HISTÓRICOS .....	129
28. A antiguidade romana e germânica .....	129
29. A “Magna Charta Libertatum” .....	129
30. A Carta Magna leonesa .....	129
§ 2.º AS DECLARAÇÕES DE DIREITOS .....	130
31. As declarações do século XVIII .....	130
32. As declarações dos séculos XIX e XX .....	130
§ 3.º AS GARANTIAS FUNDAMENTAIS .....	130
33. A garantia natural .....	130
34. A garantia política .....	131
SEÇÃO II. O PRINCÍPIO DA TAXATIVIDADE DA NORMA INCRIMINADORA .....	132
35. Natureza e função do princípio .....	132
36. O problema dos tipos penais abertos .....	133
A. Conceito .....	133
B. Hipóteses .....	133
SEÇÃO III. O PRINCÍPIO DA APLICAÇÃO DA LEI MAIS FAVORÁVEL .....	134
37. Noções gerais .....	134
38. Irretroatividade da lei mais grave .....	134
39. Retroatividade da lei mais favorável .....	135
SEÇÃO ● IV. O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO DOS BENS JURÍDICOS .....	136

40.	O princípio do bem jurídico .....	136
A.	Bem jurídico e objeto do crime .....	136
B.	Bem jurídico e interesse jurídico .....	136
41.	O princípio da lesividade (ofensividade) .....	137
A.	O direito penal do autor .....	137
B.	O direito penal do fato .....	138
C.	O direito penal do inimigo .....	139
SEÇÃO V.	O PRINCÍPIO DA CULPABILIDADE .....	139
42.	A dignidade da pessoa humana .....	139
43.	A responsabilidade em função da culpa .....	139
44.	A rejeição do <i>versari in re illicita</i> .....	140
SEÇÃO VI.	O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE DA PENA .....	140
45.	Os limites das sanções penais .....	140
46.	A justa retribuição .....	141
SEÇÃO VII.	O PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA .....	141
47.	Consagração constitucional .....	141
48.	O dogma da personalidade da pena .....	142
49.	A pessoa física como agente da infração penal .....	142
50.	A pessoa física como objeto da individualização da pena .....	142
SEÇÃO VIII.	O PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA .....	143
51.	Natureza e função do princípio .....	143
52.	Consagração constitucional .....	144
53.	O princípio da insignificância .....	145
54.	Intervenção mínima e insignificância .....	146
55.	Delitos de acumulação .....	146
SEÇÃO IX.	OUTROS PRINCÍPIOS .....	148
56.	O princípio da necessidade das reações penais .....	148
57.	O princípio da utilidade social .....	149
CAPÍTULO V.	FORMAS DE MANIFESTAÇÃO DO DIREITO PENAL .....	150
58.	A legislação .....	150
A.	A lei .....	150
B.	Outros documentos normativos .....	150
59.	A doutrina .....	151
60.	A jurisprudência .....	151
CAPÍTULO VI.	POLÍTICA CRIMINAL E DIREITO PENAL .....	152
61.	Noções gerais .....	152
62.	Conceito de Política Criminal .....	153
63.	Dogmática realista .....	153
SEÇÃO I.	CRIMINALIZAÇÃO E DESCRIMINALIZAÇÃO .....	153
64.	Noções gerais .....	153
65.	A criminalização .....	154
66.	A descriminalização .....	154

A. Descriminalização formal.....	156
B. Descriminalização informal.....	156
C. Descriminalização e o princípio da intervenção mínima.....	157
67. A neocriminalização.....	157
68. A desjudiciarização.....	157
SEÇÃO II. PENALIZAÇÃO E DESPENALIZAÇÃO.....	158
69. Noções gerais.....	158
70. A penalização.....	158
71. A despenalização.....	158
A. Despenalização formal.....	159
B. Despenalização informal.....	159
CAPÍTULO VII. DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA.....	160
72. A integração entre o Direito Penal e a Criminologia.....	160
73. A experiência brasileira.....	161
SEÇÃO I. CONCEITO, MÉTODO, OBJETO E FUNÇÃO DA CRIMINOLOGIA.....	162
74. Conceito.....	162
75. Método e técnicas de investigação.....	163
A. O método.....	163
B. As técnicas de investigação.....	164
76. Objeto.....	165
77. Funções.....	166
SEÇÃO II. PERSPECTIVAS E MODELOS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINOLÓGICA.....	167
78. A criminologia clássica.....	167
79. A criminologia positivista.....	168
80. A criminologia socialista.....	169
81. A sociologia das condutas desviantes.....	170
82. A perspectiva interacionista.....	171
83. A criminologia radical.....	173
CAPÍTULO VIII. DIREITO PENAL E VITIMOLOGIA.....	175
84. Noções gerais.....	175
85. Conceito de vítima.....	177
A. Sujeito passivo.....	177
B. Terceiro prejudicado.....	178
86. A vítima nos tipos legais de crimes.....	178
87. Comportamento da vítima e medida da pena.....	179
88. Indicações legais da reparação do dano.....	180
89. A vítima e os rumos da Política Criminal.....	181
A. A reação comunitária.....	181
B. Eventos internacionais e textos de proteção das vítimas.....	181
C. A perspectiva brasileira.....	183
D. Formas específicas de proteção legal.....	184
90. A especial proteção da criança ou adolescente.....	185

<b>CAPÍTULO IX. RELAÇÕES ENTRE O DIREITO PENAL E OUTRAS CIÊNCIAS JURÍDICAS</b> .....	187
91. Direito Constitucional.....	187
92. Direito Processual Penal.....	189
93. Direito de Execução Penal.....	189
94. Direito Penitenciário.....	190
95. Direito Civil.....	190
96. Direito Administrativo.....	190
97. Direito Ambiental.....	191
98. Direito Comercial.....	191
99. Direito Econômico.....	192
100. Direito Tributário.....	192
101. Direito Previdenciário.....	193
102. Direito do Trabalho.....	194
103. Direito Eleitoral.....	194
104. Direito Internacional Público.....	195
105. Direito Disciplinar.....	195
106. Outras ciências jurídicas conexas.....	196
107. Importância das relações entre os ramos jurídicos.....	197
<b>CAPÍTULO X. RELAÇÕES ENTRE O DIREITO PENAL E OUTRAS CIÊNCIAS DA CONDUTA</b> .....	198
108. Direito Penal e Filosofia.....	198
109. Direito Penal e Sociologia.....	199
110. Direito Penal e Psicologia.....	199
<b>CAPÍTULO XI. RELAÇÕES ENTRE O DIREITO PENAL E OUTRAS ÁREAS DO CONHECIMENTO</b> .....	201
111. Direito Penal e História.....	201
112. Direito Penal e Arte.....	202
113. Direito Penal e Literatura.....	202
114. Direito Penal e Religião.....	202
<b>CAPÍTULO XII. CIÊNCIAS AUXILIARES DO DIREITO PENAL</b> .....	204
115. Medicina Legal.....	204
116. Psicologia Judiciária.....	204
117. Psiquiatria Forense.....	205
118. Polícia Científica.....	205
119. Criminalística.....	205
120. Estatística Criminal.....	206
<b>TÍTULO III. PERSPECTIVA HISTÓRICA DO DIREITO PENAL</b>	
<b>CAPÍTULO I. OS TEMPOS PRIMITIVOS</b> .....	207
1. A história da pena é a história da humanidade.....	207
2. Origens místicas e religiosas.....	207
3. A perda da paz e a vingança de sangue.....	207



4.	Um direito penal do terror e do martírio .....	208
5.	A evolução das penas primitivas .....	208
6.	O talião.....	209
7.	A composição.....	209
8.	A pena pública .....	209
CAPÍTULO II. OS SISTEMAS ANTIGOS.....		211
SEÇÃO I. O DIREITO PENAL DO ANTIGO ORIENTE .....		211
9.	Noções gerais .....	211
10.	China.....	211
11.	Pérsia.....	212
12.	Assíria.....	213
13.	Japão.....	213
14.	Índia.....	213
15.	Egito.....	214
16.	Israel.....	214
SEÇÃO II. O DIREITO PENAL GRECO-ROMANO .....		215
17.	Noções gerais .....	215
18.	O Direito Penal grego.....	215
19.	Fundamentos e fins da pena .....	216
20.	O Direito Penal romano .....	217
SEÇÃO III. O DIREITO PENAL GERMÂNICO .....		218
21.	Noções gerais .....	218
22.	Institutos típicos .....	218
23.	Caráter privado das infrações.....	218
SEÇÃO IV. O DIREITO PENAL CANÔNICO .....		219
24.	Noções gerais .....	219
25.	O instrumento espiritual de castigo.....	220
26.	Aspectos relevantes quanto ao delito e à pena .....	220
27.	Institutos da teoria do crime .....	220
CAPÍTULO III. O DIREITO PENAL COMUM AOS PAÍSES EUROPEUS.....		222
28.	O Direito Penal na Idade Média .....	222
29.	Os glosadores e os práticos .....	222
30.	Constituição Criminal Carolina.....	223
31.	A legislação espanhola .....	223
32.	As Ordenações de Portugal .....	224
33.	Demais textos relevantes.....	225
CAPÍTULO IV. AS REFORMAS DO ILUMINISMO .....		227
34.	Tendências humanitárias.....	227
35.	Os filósofos e a justiça penal.....	227
36.	A obra de Beccaria .....	228
37.	A obra de John Howard.....	229
38.	Marat e o seu projeto de legislação criminal.....	230

39. O direito penal revolucionário.....	230
<b>CAPÍTULO V. OS CÓDIGOS PENAIS DO SÉCULO XIX.....</b>	<b>232</b>
40. O sistema das codificações.....	232
41. Os grandes modelos europeus .....	232
42. O Código Criminal do Império brasileiro.....	233
<b>CAPÍTULO VI. AS ESCOLAS PENAIS.....</b>	<b>234</b>
43. Noções gerais .....	234
<b>SEÇÃO I. A ESCOLA CLÁSSICA .....</b>	<b>235</b>
44. Características.....	235
45. Principais representantes .....	235
46. Orientações fundamentais.....	237
<b>SEÇÃO II. A ESCOLA POSITIVA.....</b>	<b>237</b>
47. Características.....	237
48. Principais representantes .....	238
49. Orientações fundamentais.....	240
<b>SEÇÃO III. OS MOVIMENTOS ECLÉTICOS.....</b>	<b>241</b>
50. A Terceira Escola.....	241
51. A Escola de Política Criminal.....	241
<b>SEÇÃO IV. A ESCOLA TÉCNICO-JURÍDICA .....</b>	<b>242</b>
52. Características.....	242
53. Principais representantes .....	243
54. Orientações fundamentais.....	244
<b>CAPÍTULO VII. OS CÓDIGOS PENAIS DO SÉCULO XX.....</b>	<b>246</b>
55. Características .....	246
56. Itália .....	246
57. França .....	247
58. Alemanha .....	248
59. Espanha.....	248
60. Rússia.....	249
61. Portugal.....	250
62. Códigos latino-americanos.....	251
<b>CAPÍTULO VIII. TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS .....</b>	<b>252</b>
63. O tempo dos microsistemas.....	252
64. A criminalidade organizada.....	253
65. A justiça penal universal.....	256
<b>TÍTULO IV. HISTÓRIA DO DIREITO PENAL BRASILEIRO</b>	
<b>CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>261</b>
1. Os marcos e os períodos ignorados.....	261
2. Características essenciais de sistemas relevantes .....	261
A. O Direito Penal germânico.....	261

B. O Direito Penal visigótico.....	262
C. O Direito Penal islâmico na península ibérica.....	263
D. O Direito Penal Canônico.....	264
3. A recuperação dos fragmentos legislativos.....	265
CAPÍTULO II. O PERÍODO COLONIAL (1500-1822) .....	266
4. As Ordenações Afonsinas .....	266
5. As Ordenações Manuelinas .....	267
6. As leis extravagantes .....	267
7. As Ordenações Filipinas.....	267
8. As tendências de reforma .....	269
CAPÍTULO III. O PERÍODO IMPERIAL (1822-1889) .....	270
9. A nova ordem jurídica.....	270
10. A legislação do Regente D. Pedro I (1821-1822) .....	270
11. As Bases da Constituição portuguesa.....	270
12. Princípios para a nova legislação criminal.....	271
SEÇÃO ÚNICA. O CÓDIGO CRIMINAL DO IMPÉRIO (1830) .....	273
13. Os projetos Vasconcellos e Clemente Pereira.....	273
14. A Comissão Mista.....	274
15. A aprovação do projeto definitivo .....	275
16. Um novo tempo para a teoria e a prática .....	275
17. Fontes de inspiração e reflexão.....	276
18. O elenco geral das penas.....	276
CAPÍTULO IV. OS PERÍODOS REPUBLICANOS.....	279
SEÇÃO I. A PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930).....	279
19. O Código Penal de 1890 .....	279
20. O elenco geral das penas.....	280
21. A influência da Escola Positiva .....	281
22. Os projetos de reforma.....	281
SEÇÃO II. A SEGUNDA REPÚBLICA (1930-1937) .....	282
23. A Consolidação das Leis Penais .....	282
24. A Constituição de 1934.....	282
25. O Projeto de 1935 .....	283
SEÇÃO III. A TERCEIRA REPÚBLICA (1937-1945).....	284
26. O golpe de Estado .....	284
27. O Anteprojeto Alcântara Machado.....	285
28. O Código Penal de 1940 .....	287
29. O elenco geral das penas.....	287
30. O elenco geral das medidas de segurança.....	288
CAPÍTULO V. AS REFORMAS DO CP DE 1940.....	290
SEÇÃO I. A REFORMA EM DISPOSITIVOS ISOLADOS (DOS ANOS 40 A 60) .....	290
31. Esclarecimento prévio.....	290

32.	Proibição do <i>sursis</i> para estrangeiros .....	290
33.	Vigilância do liberado condicional.....	292
34.	Ampliação das hipóteses de reabilitação .....	292
SEÇÃO II. A PROPOSTA DE REFORMA GLOBAL.....		293
35.	O Anteprojeto Hungria .....	293
36.	O Código Penal de 1969 .....	294
37.	A reforma do CP de 1969 (Lei 6.016, de 31.12.1973) .....	296
SEÇÃO III. A REFORMA SETORIAL.....		298
SUBSEÇÃO ÚNICA. A LEI 6.416, DE 24.05.1977.....		298
38.	As penas privativas de liberdade .....	298
39.	A pena de multa .....	299
40.	A reincidência .....	300
41.	A suspensão condicional da pena .....	300
42.	O livramento condicional .....	300
43.	As penas acessórias .....	301
44.	A verificação de periculosidade.....	301
45.	A presunção de periculosidade .....	302
46.	Extinção da punibilidade (casamento da ofendida com terceiro).....	302
47.	A prescrição.....	303
48.	Nova hipótese de perdão judicial.....	303
SEÇÃO IV. A REFORMA DA PARTE GERAL (A LEI 7.209/1984).....		304
49.	O Anteprojeto Toledo.....	304
50.	A Reforma pontual.....	304
SEÇÃO V. A REFORMA GLOBAL DO CÓDIGO PENAL (PL 236/2012) .....		305
51.	O açodamento do projeto Sarney .....	305
52.	Tradição do processo legislativo .....	306
53.	Reações de institutos e da comunidade jurídica .....	307
54.	A improvisação legiferante.....	307
55.	Minha brevíssima presença no anteprojeto .....	308
56.	A crítica científica à proposta da Parte Geral.....	310
	A. Um divisor de águas .....	310
	B. A reação do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais.....	313
	C. A revisão do anteprojeto.....	313
SEÇÃO VI. NO CAMINHO DA REFORMA .....		316
57.	Uma proposta alternativa (PA).....	316
58.	A oferta de dispositivos concretos.....	317
59.	Um indispensável e bem-lançado texto de justificação.....	318
<b>TÍTULO V. A LEI PENAL</b>		
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO .....		321
1.	Lei ou norma penal? .....	321
2.	Conceitos .....	321
	A. Lei.....	321

B. Norma.....	321
3. Classificação das normas.....	322
4. Conteúdo .....	322
A. Preceito.....	323
B. Sanção.....	323
5. Destinatários .....	324
SEÇÃO I. LEIS PENAIS COMPLETAS.....	324
6. Noções gerais .....	324
7. Exemplos.....	325
SEÇÃO II. LEIS PENAIS INCOMPLETAS.....	325
8. Noções gerais .....	325
9. Exemplos.....	325
SEÇÃO III. LEIS PENAIS EM BRANCO.....	326
10. Noções gerais .....	326
11. Leis penais em branco e tipos penais abertos.....	327
SEÇÃO IV. LEIS PENAIS DE CONTEUDO MISTO .....	327
12. Noções gerais .....	327
13. Exemplos e efeitos jurídicos .....	327
CAPÍTULO II. FONTES DO DIREITO PENAL.....	330
14. Conceito de fonte .....	330
15. Fontes materiais.....	330
16. Fontes formais.....	330
17. A lei escrita como única fonte do Direito Penal .....	330
18. Outros diplomas normativos.....	335
A. Medida Provisória.....	335
B. Lei Delegada .....	336
C. Decreto-legislativo.....	336
D. Resolução.....	336
SEÇÃO I. O COSTUME.....	337
19. Conceito.....	337
20. Funções.....	337
21. Proibição em matéria penal.....	337
22. Admissão em matéria penal .....	338
SEÇÃO II. A ANALOGIA .....	339
23. Conceito.....	339
A. Analogia <i>legis</i> .....	339
B. Analogia <i>iuris</i> .....	339
24. Função .....	339
25. Proibição em matéria penal.....	340
26. Admissão em matéria penal .....	340
SEÇÃO III. OS PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO .....	340
27. Conceito.....	340

28. Função .....	341
29. Proibição em matéria penal.....	341
30. Admissão em matéria penal .....	341
SEÇÃO IV. A JURISPRUDÊNCIA.....	342
31. A missão criadora da jurisprudência.....	342
32. Função .....	343
33. O papel do juiz.....	344
34. Proibição em matéria penal.....	344
35. Admissão em matéria penal .....	344
36. A retroatividade da jurisprudência mais favorável.....	345
CAPÍTULO III. NASCIMENTO E EFICÁCIA DA LEI PENAL.....	346
SEÇÃO I. ETAPAS DO PROCESSO LEGISLATIVO .....	346
37. Noções gerais .....	346
38. Anteprojeto de lei.....	346
39. Projeto de lei .....	346
40. Veto .....	347
41. Sanção .....	347
42. Promulgação.....	347
SEÇÃO II. A PUBLICAÇÃO DA LEI .....	348
43. Noções gerais .....	348
44. Órgãos de publicação .....	349
45. <b>R</b> epublicação .....	349
A. Incorreção.....	349
B. <b>R</b> etificação .....	349
CAPÍTULO IV. O CONHECIMENTO DA LEI PENAL.....	350
46. O conhecimento presumido.....	350
47. O conhecimento potencial.....	350
A. A cegueira jurídica e a hostilidade ao Direito.....	351
48. O conhecimento real.....	351
CAPÍTULO V. A VIGÊNCIA DA LEI PENAL.....	353
49. <i>Vacatio legis</i> .....	353
50. Começo de vigência.....	353
51. Período de vigência.....	354
52. Irretroatividade e retroatividade da lei.....	354
A. Irretroatividade da Lei mais grave .....	354
B. <b>R</b> etroatividade da Lei mais favorável.....	354
C. A Lei vacante mais favorável ao réu .....	354
53. Ultratividade da Lei mais favorável.....	356
SEÇÃO ÚNICA. LEI EXCEPCIONAL OU TEMPORÁRIA .....	357
54. Conceito.....	357
55. Exemplos.....	357
56. Necessidade ou conveniência.....	358

57. Caráter ultrativo da Lei excepcional ou temporária .....	358
<b>CAPÍTULO VI. A INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL .....</b>	<b>359</b>
58. Noções gerais .....	359
59. Necessidade da interpretação .....	359
60. Interpretação e integração .....	360
61. A interpretação por analogia .....	360
62. Interpretação e o princípio <i>in dubio pro reo</i> .....	361
<b>SEÇÃO I. MEIOS DE INTERPRETAÇÃO .....</b>	<b>362</b>
63. A Exposição de Motivos .....	362
64. A Lei de Introdução .....	363
65. A rubrica .....	363
<b>SEÇÃO II. ELEMENTOS DE INTERPRETAÇÃO .....</b>	<b>363</b>
66. Noções gerais .....	363
67. O elemento gramatical .....	364
68. O elemento lógico .....	364
69. O elemento histórico .....	364
70. O elemento sociológico .....	365
71. O elemento teleológico .....	366
72. O elemento comparativo .....	367
<b>SEÇÃO III. PODERES, ÓRGÃOS E SUJEITOS DE INTERPRETAÇÃO .....</b>	<b>367</b>
73. Poder Legislativo .....	367
74. Poder Executivo .....	367
A. Decreto .....	368
B. Regulamento e outros atos normativos .....	368
75. Poder Judiciário .....	368
A. Órgãos .....	369
B. Sentença .....	369
C. Decisão interlocutória .....	369
D. Acórdão .....	369
E. Súmula .....	369
76. Ministério Público e Advocacia .....	371
77. Juristas .....	371
<b>SEÇÃO IV. ESPÉCIES DE INTERPRETAÇÃO .....</b>	<b>372</b>
78. Interpretação autêntica .....	372
A. Interpretação autêntica contextual .....	372
B. Interpretação autêntica posterior .....	373
79. Interpretação doutrinal .....	373
80. Interpretação judicial .....	373
<b>SEÇÃO V. RESULTADOS DA INTERPRETAÇÃO .....</b>	<b>373</b>
81. Noções gerais .....	373
82. Interpretação declaratória .....	374
83. Interpretação restritiva .....	374
84. Interpretação extensiva .....	374

CAPÍTULO VII. A APLICAÇÃO DA LEI PENAL.....	376
85. Noções gerais .....	376
86. Irretroatividade da lei mais grave.....	376
87. Retroatividade da lei mais favorável.....	377
88. Retroatividade da lei de conteúdo penal e processual penal.....	377
89. Ultratividade da lei mais favorável.....	378
90. Competência jurisdicional para aplicação da lei mais favorável.....	378
SEÇÃO I. A LEI PENAL NO TEMPO .....	379
91. Noções gerais .....	379
92. O tempo do crime .....	379
93. Crimes à distância .....	380
§ 1.º HIPÓTESES DE CONFLITO NA SUCESSÃO DE LEIS PENAIS.....	380
94. Noções gerais .....	380
95. A lei nova descriminaliza ou isenta de pena .....	380
96. A lei nova criminaliza fatos anteriormente impuníveis .....	381
97. A lei nova agrava a situação do agente.....	381
98. A lei nova beneficia a situação do agente .....	382
A. O problema da <i>vacatio legis</i> .....	383
B. Propostas de solução .....	383
C. A lei vacante mais favorável ao réu .....	384
D. Retroatividade da lei mais benéfica em <i>vacatio</i> .....	385
E. Competência jurisdicional para aplicar a lei nova.....	386
§ 2.º A INCIDÊNCIA DA LEI INTERMEDIÁRIA.....	387
99. Conceito e funções.....	387
§ 3.º A APURAÇÃO DE MAIOR BENIGNIDADE .....	387
100. Noções gerais .....	387
A. Exemplos da doutrina .....	388
B. Exemplos da jurisprudência.....	389
101. O mito da “terceira lei” .....	390
102. A combinação de leis sucessivas .....	391
A. A doutrina .....	391
B. A jurisprudência.....	393
C. O endereço da solução.....	395
SEÇÃO II. A LEI PENAL NO ESPAÇO .....	396
103. Noções gerais .....	396
104. O lugar do crime .....	396
§ 1.º PRINCÍPIOS APLICÁVEIS.....	398
105. Territorialidade.....	398
A. Compreensão do princípio .....	398
B. Conceito de território.....	398
C. Limites do mar territorial .....	398
D. Limites de rios e lagos .....	399
E. Limites do espaço aéreo.....	399
106. Extraterritorialidade.....	400



A. Compreensão do princípio.....	400
B. Princípio da nacionalidade (personalidade).....	400
C. Princípio da defesa .....	401
D. Princípio da representação .....	401
E. Princípio da justiça penal universal .....	402
F. Princípios adotados pelo CP.....	402
§ 2.º A EXTRA-DIÇÃO .....	403
107. Conceito.....	403
108. Legislação reguladora.....	403
109. Requisitos e condições.....	403
A. Princípio da especialidade.....	404
B. Aplicação da pena de morte e de prisão perpétua.....	404
C. Deportação, expulsão e transferência de presos.....	405
§ 3.º PENA CUMPRIDA NO ESTRANGEIRO.....	405
110. Noções gerais .....	405
111. Pluralidade de punições pelo mesmo fato.....	406
§ 4.º EFICÁCIA DE SENTENÇA ESTRANGEIRA .....	406
112. Noções gerais .....	406
113. Requisitos para a homologação.....	407
SEÇÃO III. A LEI PENAL E AS PRERROGATIVAS FUNCIONAIS.....	407
114. Prerrogativa ou privilégio?.....	407
115. Imunidades parlamentares.....	408
A. Imunidade absoluta.....	408
B. Imunidade relativa.....	409
C. Destinatários das imunidades.....	410
116. Imunidades diplomáticas.....	410
117. Chefe de Governo .....	410
118. Prerrogativas processuais.....	411
SEÇÃO IV. O CONCURSO APARENTE DE NORMAS PENAIS.....	411
119. Noções gerais .....	411
120. Tratamento sistemático .....	411
121. Precisão terminológica.....	411
122. Ausência de previsão legal.....	412
PARÁGRAFO ÚNICO. CRITÉRIOS PARA RESOLVER O CONFLITO .....	412
123. Critério da especialidade.....	412
124. Critério da consunção.....	413
A. Progressão criminosa.....	413
B. Delito progressivo.....	413
C. Fato anterior impunível.....	414
D. Fato posterior impunível.....	414
125. Critério da subsidiariedade.....	414
A. Subsidiariedade expressa.....	414
B. Subsidiariedade tácita.....	414

126. Critério da alternatividade .....	415
A. Tipo misto alternativo .....	415
B. Tipo “misto cumulativo” .....	415
SEÇÃO V. CONTAGEM DOS PRAZOS .....	416
127. Noções gerais .....	416
128. Contagem de dias, meses e anos .....	416
A. Exemplos práticos .....	417
B. Prazos de prescrição e decadência .....	417
C. Prazos penais previstos em leis especiais .....	417
D. Inaplicabilidade das Leis 810/1949 e 1.408/1951 .....	417
129. Frações de dia e frações de real .....	417
CAPÍTULO VIII. A REVOGAÇÃO DA LEI PENAL .....	419
130. Noções gerais .....	419
131. Repristinação .....	419
SEÇÃO I. ESPÉCIES DE REVOGAÇÃO .....	420
132. Ab-rogação .....	420
133. Derrogação .....	420
SEÇÃO II. FORMAS DE REVOGAÇÃO .....	420
134. Expressa .....	420
135. Tácita .....	421
<b>TÍTULO VI. A CONDOTA PUNÍVEL</b>	
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO .....	423
1. Classificação das infrações penais .....	423
2. Diferença entre crime e contravenção .....	423
3. Os vários conceitos de crime .....	424
A. Conceito legal .....	425
B. Conceito analítico .....	425
C. Conceito formal .....	425
D. Conceito jurídico-legal .....	425
E. Conceito material .....	425
F. Conceito natural .....	426
G. Conceito radical .....	426
H. Conceito sociológico .....	426
4. Conceito dominante .....	426
CAPÍTULO II. A CONDOTA .....	428
SEÇÃO I. INTRODUÇÃO .....	428
5. O ilícito penal como fato humano .....	428
6. Momentos da conduta: o <i>iter criminis</i> .....	428
7. A incapacidade criminal da pessoa jurídica .....	428
A. Ilícito penal e ilícito civil .....	432
B. Ilícito penal e ilícito administrativo .....	433

a. Direito administrativo sancionador.....	433
b. A unidade do <i>ius puniendi</i> .....	434
C. Ilícito penal e outras modalidades.....	436
SEÇÃO II. AÇÃO E OMISSÃO.....	436
8. Conceito de ação.....	436
9. Elementos da ação.....	436
10. Conceito de omissão.....	437
11. Elementos da omissão.....	438
12. Relevância da omissão.....	438
A. Formas da omissão.....	439
§ 1.º TEORIAS SOBRE A AÇÃO.....	439
13. Teoria causal-naturalista.....	439
14. Teoria sintomática.....	440
15. Teoria social.....	441
16. Teoria finalista.....	441
17. Teorias funcionalistas: a conduta antinormativa e o conceito pessoal de ação.....	443
18. Teoria significativa.....	443
§ 2.º TEORIAS SOBRE A OMISSÃO.....	444
19. Noções gerais.....	444
20. Teoria normativa.....	445
21. Teoria finalista.....	445
CAPÍTULO III. A TIPICIDADE.....	446
22. Conceitos de tipo e tipicidade.....	446
A. O tipo penal como indício da ilicitude.....	446
B. Teoria dos elementos negativos do tipo.....	447
23. A tipicidade conglobante.....	448
24. Classificação dos tipos.....	449
A. Tipos penais fechados.....	449
B. Tipos penais abertos.....	449
C. Tipos fundamentais (básicos).....	449
D. Tipos derivados (atenuados ou agravados).....	449
24.bis A tipicidade na Parte Geral do CP.....	450
SEÇÃO I. O TIPO OBJETIVO.....	450
25. Elementos descritivos.....	450
26. Elementos normativos.....	451
A. Erro de tipo.....	451
27. Elementos subjetivos.....	452
A. Funções do tipo penal.....	453
SEÇÃO II. O TIPO SUBJETIVO.....	454
28. O dolo.....	454
29. O consentimento como requisito do dolo eventual.....	455
30. Os limites entre a culpa consciente e o dolo eventual.....	455

31.	O reconhecimento do dolo eventual por mera presunção.....	456
32.	Precedentes paradigmáticos.....	457
33.	O fetiche do dolo eventual.....	458
34.	É urgente uma nova definição legal do dolo eventual ...	459
35.	Uma proposta para redefinir o dolo eventual.....	460
36.	A culpa.....	460
	A. Culpa inconsciente.....	461
	B. Culpa consciente.....	461
37.	A preterintencionalidade.....	461
	A. O problema da compensação de culpas.....	462
CAPÍTULO IV. A RELAÇÃO DE CAUSALIDADE FÍSICA.....		463
38.	Noções gerais.....	463
39.	Causa.....	463
40.	Condição.....	463
41.	Concausa.....	464
42.	Teorias sobre a relação de causalidade física.....	465
	A. Noções gerais.....	465
	B. Teoria da totalidade das condições.....	465
	C. Teoria da equivalência dos antecedentes ( <i>conditio sine qua non</i> ).....	466
	D. Teoria da causalidade adequada.....	466
	E. Teoria da predominância.....	467
	F. Teoria da relevância jurídica.....	467
	G. A imputação objetiva.....	467
	H. Causalidade e imputação objetiva.....	469
43.	Causas independentes.....	470
	A. Causa absolutamente independente.....	470
	B. Causa relativamente independente.....	471
44.	Resultado (evento).....	472
45.	O dano ou o perigo de dano.....	472
§ 1.º DANO (LESÃO).....		472
46.	Conceito.....	472
47.	Espécies.....	472
	A. Dano efetivo.....	473
	B. Dano potencial.....	473
§ 2.º PERIGO.....		473
48.	Conceito.....	473
49.	Espécies.....	474
	A. Perigo efetivo.....	474
	B. Perigo presumido.....	475
	C. Perigo coletivo.....	477
	D. Perigo individual.....	477
	E. Perigo atual ou iminente.....	477
	F. Perigo futuro (mediato).....	477

CAPÍTULO V. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA .....	478
SEÇÃO I. O ITINERÁRIO DO CRIME DOLOSO .....	478
50. Noções gerais .....	478
51. A cogitação e outras etapas não puníveis.....	478
A. Cogitação.....	478
B. Casos de impunibilidade .....	478
52. Os atos preparatórios .....	479
53. O início de execução.....	479
54. A consumação.....	480
SEÇÃO II. O CRIME CONSUMADO .....	480
55. Conceito.....	480
56. Elementos.....	480
57. Momento da consumação .....	480
58. O crime exaurido .....	481
SEÇÃO III. O CRIME TENTADO.....	482
59. Breve histórico .....	482
A. Conceito .....	483
60. Teorias .....	484
61. Elementos.....	484
A. Espécies .....	485
62. Tentativa de lesão corporal.....	485
A. Tentativa em outras espécies de crimes.....	486
B. Tentativa no crime de perigo.....	487
C. Ilícitos penais que não admitem a tentativa .....	487
D. Pena da tentativa .....	488
63. O crime impossível .....	489
A. Meio absolutamente inidôneo.....	490
B. Objeto absolutamente impróprio .....	490
SEÇÃO IV. A DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA.....	491
64. Conceito.....	491
65. Voluntariedade.....	491
66. Natureza jurídica.....	492
SEÇÃO V. O ARREPENDIMENTO EFICAZ.....	492
67. Conceito.....	492
68. Voluntariedade.....	493
69. Arrependimento posterior.....	493
CAPÍTULO VI. A ILICITUDE.....	494
70. Precisão terminológica.....	494
71. Concepção unitária de ilicitude .....	494
72. Ilicitude penal e ilicitude extrapenal.....	494
73. Conceito.....	495
74. Elementos.....	495
A. Ilicitude e injusto.....	495

75. Causas de exclusão de ilicitude.....	496
<b>CAPÍTULO VII. A CULPABILIDADE .....</b>	<b>497</b>
<b>SEÇÃO I. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS .....</b>	<b>497</b>
76. Conceito formal da culpabilidade.....	497
77. Conceito material de culpabilidade.....	497
78. Posição sistemática da culpabilidade .....	497
79. Valiosas opiniões doutrinárias.....	499
80. Uma opinião crítica .....	501
81. Minhas observações .....	502
82. A consideração do elemento histórico .....	503
83. Alguns exemplos no Código Penal .....	504
<b>SEÇÃO II. A CULPABILIDADE COMO ELEMENTO DA PENA.....</b>	<b>505</b>
84. Noção prévia .....	505
85. A culpabilidade como fundamento da pena.....	505
86. A culpabilidade como base para a escolha da pena.....	506
87. A culpabilidade como base para fixar os limites da pena.....	506
88. A culpabilidade como base para fixar o regime inicial do cumprimento da pena privativa de liberdade.....	507
89. A culpabilidade como base para a substituição de pena .....	507
<b>SEÇÃO III. AS TEORIAS SOBRE A CULPABILIDADE.....</b>	<b>507</b>
90. A culpabilidade pelo caráter.....	507
91. A culpabilidade pela formação da personalidade.....	508
A. Noções gerais.....	508
B. O criminoso por tendência.....	509
92. A culpabilidade pela conduta de vida .....	509
A. Noções gerais.....	509
B. O criminoso habitual.....	510
93. A culpabilidade em razão da conduta típica .....	510
<b>SEÇÃO IV. CONCEPÇÕES SOBRE A CULPABILIDADE.....</b>	<b>511</b>
94. Concepção psicológica.....	511
95. Concepção normativa .....	511
96. Concepção psicológico-normativa.....	512
97. A concepção adotada pelo CP e o erro de proibição.....	512
A. Espécies de erro de proibição .....	514
a. Erro de proibição direto .....	514
b. Erro de proibição indireto .....	515
c. Erro de mandamento.....	515
d. Erro de vigência.....	515
e. Erro de eficácia.....	515
f. Erro de punibilidade.....	515
g. Erro de subsunção.....	516
h. Erro por convicção religiosa.....	516
i. Erro por outras situações.....	516

SEÇÃO V. PRESSUPOSTOS DA CULPABILIDADE .....	516
98. A imputabilidade.....	516
99. A consciência da ilicitude .....	516
A. Noções gerais.....	516
B. Consciência potencial.....	517
C. Consciência real.....	517
D. A <i>actio libera in causa</i> .....	517
100. A exigibilidade de conduta diversa .....	518
SEÇÃO VI. ALGUMAS QUESTÕES E CONSIDERAÇÕES PONTUAIS.....	519
101. A culpabilidade na antevisão do chamado “homem médio”.....	519
102. A delegação do poder personalíssimo da jurisdição .....	520
103. A reprovabilidade nos casos de tipos penais abertos .....	520
104. O “sequestro” da liberdade de convicção judicial.....	522
105. Os exames de saúde física e mental e o psicotécnico.....	522
106. O princípio da boa-fé e <i>pro homine</i> .....	523
107. A submissão do juiz à Constituição.....	524
CAPÍTULO VIII. A AUTORIA .....	526
108. Conceito de autor .....	526
A. Autoria imediata.....	526
B. Autoria mediata .....	526
109. Autoria colateral.....	527
110. Autoria incerta .....	527
111. Autoria sucessiva.....	527
CAPÍTULO IX. O CONCURSO DE PESSOAS .....	528
112. Evolução legislativa.....	528
§ 1.º O REGIME DO CODIGO CRIMINAL DO IMPÉRIO (1830) .....	528
§ 2.º O REGIME DO CÓDIGO PENAL DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1890).....	528
§ 3.º O REGIME DA PG/1940.....	529
§ 4.º O CONCURSO DE PESSOAS NO DIREITO VIGENTE: PRECISÃO TERMINOLÓGICA.....	530
113. O crime como fato individual .....	530
114. O crime como fato coletivo.....	531
SEÇÃO I. ESPÉCIES DE CONCURSO.....	531
115. O concurso eventual .....	531
116. O concurso necessário .....	531
A. Condutas paralelas .....	531
B. Condutas convergentes .....	531
C. Condutas contrapostas.....	532
SEÇÃO II. ELEMENTOS DO CONCURSO .....	532
117. Pluralidade de condutas culpáveis.....	532
118. A relação de causalidade física.....	532
119. A homogeneidade do elemento subjetivo.....	532
120. A conivência.....	533

SEÇÃO III. MOMENTOS DO CONCURSO.....	533
121. Durante o itinerário do crime.....	533
122. Atividade ilícita posterior à consumação.....	534
123. A participação nos crimes permanentes.....	534
SEÇÃO IV. TIPOS DE CONCURSO.....	535
124. Noções gerais.....	535
A. Teoria objetivo-formal.....	535
B. Teoria objetivo-material.....	536
C. Teoria subjetiva.....	536
D. Teoria do domínio do fato.....	537
d.1. O domínio da ação.....	539
d.2. O domínio da vontade.....	539
d.3. O domínio funcional do fato.....	540
E. A teoria do domínio do fato e o art. 29 do Código Penal.....	541
F. Casos de inaplicabilidade da teoria do domínio do fato.....	541
§ 1.º A PARTICIPAÇÃO.....	542
125. Conceito de partícipe.....	542
126. Formas de participação.....	543
A. Instigação.....	543
B. Induzimento.....	544
C. Cumplicidade.....	544
127. Graus de participação.....	544
A. Participação de menor importância.....	545
B. Vontade de participar de crime menos grave.....	545
128. Inexistência de participação no fato culposos.....	546
129. “Participação” subjetivamente distinta.....	546
§ 2.º A COAUTORIA.....	546
130. Conceito.....	546
131. Crime societário.....	546
132. A teoria do domínio do fato e os aparatos organizados de poder.....	549
133. Formas.....	550
A. Coautoria eventual.....	550
B. Coautoria necessária.....	550
134. Crimes que não admitem a coautoria.....	550
135. Coautoria em crime culposos.....	551
SEÇÃO V. A MULTIDÃO CRIMINOSA.....	551
136. Noções gerais.....	551
137. O problema da punibilidade.....	552
SEÇÃO VI. CIRCUNSTÂNCIAS E CONDIÇÕES PESSOAIS.....	552
138. Precisão terminológica.....	552
139. Conceito.....	552
140. O concurso de pessoas no infanticídio.....	553



CAPÍTULO X. AS MODALIDADES DE CRIMES .....	556
SEÇÃO I. INTRODUÇÃO .....	556
141. Importância da classificação .....	556
142. Critérios de classificação .....	556
SEÇÃO II. AS VÁRIAS MODALIDADES .....	556
143. Crime aberrante .....	556
144. Crime à distância .....	557
145. Crime ambiental.....	557
146. Crime acessório.....	557
147. Crime bilateral .....	557
148. Crime cibernético ou informático.....	557
149. Crime coletivo.....	558
150. Crime comissivo.....	558
151. Crime comissivo por omissão (ou omissivo impróprio) .....	558
152. Crime complexo.....	559
153. Crime comum .....	559
154. Crime conexo.....	559
155. Crime consumado.....	560
156. Crime continuado.....	560
157. Crime contra a ordem política e social .....	560
158. Crime contra a segurança nacional.....	560
159. Crime contra o ambiente .....	561
160. Crime contra o meio ambiente.....	561
161. Crime corporativo.....	561
162. Crime culposo.....	562
163. Crime da mesma natureza.....	562
164. Crime de circulação .....	563
165. Crime de concurso necessário .....	563
166. Crime de consumação antecipada.....	563
167. Crime de conteúdo variado.....	563
168. Crime de ensaio .....	563
169. Crime de forma livre.....	564
170. Crime de forma vinculada .....	564
171. Crime de dano.....	564
172. Crime de encontro .....	564
173. Crime de imprensa.....	564
174. Crime de mão própria.....	565
175. Crime de menor potencial ofensivo .....	565
176. Crime de ocasião.....	565
177. Crime de opinião.....	565
178. Crime de perigo .....	566
179. Crime de responsabilidade.....	566
180. Crime de trânsito.....	566
181. Crime doloso.....	567
182. Crime ecológico .....	567

183. Crime eleitoral .....	567
184. Crime especial .....	568
185. Crime exaurido .....	568
186. Crime formal .....	569
187. Crime funcional .....	569
188. Crime habitual .....	569
189. Crime hediondo .....	570
190. Crime imaginário .....	570
191. Crime impossível .....	571
192. Crime instantâneo .....	571
193. Crime instantâneo de efeito permanente .....	571
194. Crime material .....	571
195. Crime militar .....	572
196. Crime monossujeivo .....	572
197. Crime omissivo .....	572
198. Crime omissivo por comissão .....	573
199. Crime organizado .....	573
200. Crime passional .....	574
201. Crime permanente .....	574
202. Crime pluriofensivo .....	574
203. Crime plurissujeivo .....	574
204. Crime plurissubsistente .....	575
205. Crime político .....	575
206. Crime por tendência .....	575
207. Crime preterdoloso .....	575
208. Crime preterintencional .....	575
209. Crime principal .....	576
210. Crime privilegiado .....	576
211. Crime progressivo .....	576
212. Crime próprio .....	576
213. Crime putativo .....	576
214. Crime qualificado .....	577
215. Crime qualificado pelo resultado .....	577
216. Crime simples .....	577
217. Crime social .....	577
218. Crime societário .....	578
219. Crime tentado .....	578
220. Crime unilateral .....	578
221. Crime unissubsistente .....	578
222. Infração penal de menor potencial ofensivo .....	578

## TÍTULO VII. A EXCLUSÃO DE ILICITUDE

CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO .....	579
1. Ilicitude ou antijuridicidade? .....	579
2. Cláusulas de garantia social e individual .....	579

3.	Descriminantes putativas .....	579
4.	O elemento subjetivo nas causas de exclusão de ilicitude .....	580
CAPÍTULO II. CAUSAS LEGAIS DE JUSTIFICAÇÃO .....		584
5.	Noções gerais .....	584
SEÇÃO I. O ESTADO DE NECESSIDADE .....		584
6.	Conceito .....	584
7.	Requisitos .....	585
	A. A situação de perigo .....	586
	B. A atualidade do perigo .....	586
	C. A involuntariedade na provocação do perigo .....	586
	D. A inevitabilidade da situação de perigo .....	586
	E. A defesa de um direito .....	587
	F. Balanceamento dos bens em conflito .....	587
	G. Colisão de deveres .....	587
	H. A inexigibilidade do sacrifício .....	587
	I. Hipóteses correntes .....	588
	J. Concurso de pessoas .....	588
	K. Estado de necessidade putativo .....	588
8.	A teoria diferenciadora .....	588
9.	Estados de necessidade defensivo e agressivo .....	589
10.	O dever de enfrentar o perigo .....	589
11.	Estado de necessidade no Direito Civil .....	590
SEÇÃO II. A LEGÍTIMA DEFESA .....		590
12.	Conceito .....	590
	A. Resumo histórico .....	591
	B. Teorias fundamentais .....	591
13.	Requisitos .....	592
	A. Uma agressão injusta .....	593
	B. Atualidade ou iminência da agressão .....	593
	C. Defesa de um direito .....	593
	D. Meios necessários para a reação .....	593
	E. Uso moderado dos meios .....	593
14.	A controvérsia sobre a ausência de provocação do ofendido .....	593
15.	A chamada legítima defesa putativa .....	594
	A. A defesa preordenada ( <i>Offendiculum</i> ) .....	594
	a. Noção geral .....	594
	B. Natureza jurídica .....	594
	C. Requisitos de admissibilidade .....	595
	D. O problema do erro de pessoa .....	596
16.	A legítima defesa no Direito Civil .....	597
16-A.	Situações especiais .....	597
	A. Legítima defesa e <i>aberratio ictus</i> .....	597
	B. Legítima defesa contra agressão de inimputável .....	597
	C. Legítima defesa exercida por inimputável .....	598

D. Legítima defesa contra agressão de pessoa jurídica.....	598
E. Legítima defesa da alegada honra conjugal.....	599
F. Legítima defesa em favor de interesses difusos e de bens do estado.....	600
G. Legítima defesa contra legítima defesa.....	601
H. Legítima defesa em caso de rixa.....	601
I. Legítima defesa contra agressão culposa.....	601
J. Legítima defesa em caso de resistência agressiva.....	602
K. Legítima defesa do agente de segurança pública.....	602
L. Outras hipóteses.....	602
SEÇÃO III. O ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL.....	603
17. Conceito.....	603
18. Requisitos.....	604
19. O abuso de autoridade.....	604
20. O descumprimento de ordem ilegal.....	604
SEÇÃO IV. O EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO.....	605
21. Conceito.....	605
22. Requisitos.....	605
23. O exercício regular de direito no Direito Civil.....	605
23-A. Intervenção médico-cirúrgica e lesão em prática desportiva.....	605
23-B. Atuação <i>pro magistratu</i> .....	606
23-C. A autoajuda.....	606
SEÇÃO V. O CUMPRIMENTO DE UM MANDATO.....	607
24. Noções gerais.....	607
25. A imunidade parlamentar.....	607
26. A imunidade profissional.....	608
CAPÍTULO III. O EXCESSO NAS CAUSAS DE JUSTIFICAÇÃO.....	610
27. Noções gerais.....	610
28. O excesso doloso.....	610
29. O excesso culposo.....	611
30. Impunidade do excesso.....	611
CAPÍTULO IV. A JUSTIFICAÇÃO NOS TIPOS CULPOSOS.....	612
31. Noções gerais.....	612
32. A legítima defesa.....	612
33. O estado de necessidade.....	612
34. O consentimento do ofendido.....	612
CAPÍTULO V. CAUSAS SUPRALEGAIS DE JUSTIFICAÇÃO.....	614
35. Noções gerais.....	614
36. O consentimento do ofendido.....	614
37. O risco permitido.....	615
38. As normas de cultura.....	616
A. Meios de correção.....	616
B. A cultura indígena.....	617

**TÍTULO VIII. A ISENÇÃO DE PENA**

<b>CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO</b> .....	619
1. Noções gerais .....	619
2. Exclusão de culpabilidade e isenção de pena.....	620
3. Escusa absolutória.....	620
A. Designações.....	620
B. Classificação .....	621
C. Condições negativas de punibilidade.....	621
D. Escusa absolutória e perdão judicial .....	622
<b>CAPÍTULO II. A INIMPUTABILIDADE</b> .....	623
4. Noções gerais .....	623
A. O critério biológico .....	623
B. O critério psicológico .....	624
C. O critério biopsicológico .....	624
<b>SEÇÃO I. MENORIDADE</b> .....	624
5. A garantia constitucional .....	624
6. As garantias legais .....	628
A. O Código Penal .....	628
B. O Código de Processo Penal.....	628
C. O Estatuto da Criança e do Adolescente .....	628
7. Presunção absoluta de inimputabilidade .....	629
8. Causas de exclusão da ilicitude.....	629
9. “Ato infracional” ou infração penal?.....	630
10. Medidas aplicáveis às crianças .....	631
11. Medidas aplicáveis aos adolescentes.....	631
A. Maioridade penal e maioridade civil .....	632
12. Um direito de proteção do menor.....	632
<b>SEÇÃO II. DOENÇA MENTAL OU DESENVOLVIMENTO INCOMPLETO OU RETARDADO</b> .....	633
13. Conceito amplo.....	633
14. Os chamados “loucos de todo gênero” .....	634
15. A privação dos sentidos e da inteligência .....	634
16. A perturbação dos sentidos e da inteligência.....	635
17. A grave alteração de consciência.....	635
18. O conceito restrito .....	635
19. O sistema vigente.....	636
A. A emoção.....	636
B. A paixão.....	636
<b>CAPÍTULO III. A IMPUTABILIDADE DIMINUÍDA</b> .....	637
20. A semi-imputabilidade.....	637
21. A surdo-mudez.....	637
22. A epilepsia.....	638
23. O indígena.....	638

CAPÍTULO IV. A EMBRIAGUEZ .....	641
24. Conceito .....	641
§ 1.º TIPOS DE EMBRIAGUEZ .....	641
25. Embriaguez preordenada .....	641
26. Embriaguez voluntária .....	641
27. Embriaguez culposa .....	642
28. Embriaguez proveniente de caso fortuito .....	642
29. Embriaguez proveniente de força maior .....	642
30. Outras modalidades .....	642
31. A embriaguez ao volante .....	642
§ 2.º A EMBRIAGUEZ E A CULPABILIDADE .....	643
32. A regra geral .....	643
§ 3.º HIPÓTESES DE EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE .....	643
33. Caso fortuito e força maior .....	643
CAPÍTULO V. INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA .....	644
34. Noções gerais .....	644
35. Hipóteses legais .....	644
A. A coação moral irresistível .....	645
B. A obediência hierárquica .....	646
36. Causas supralerais .....	648
A. A cláusula de consciência .....	648
B. O estado de necessidade exculpante .....	649
C. A provocação da situação da legítima defesa .....	649
D. A desobediência civil .....	650
E. O conflito de deveres .....	650
<b>TÍTULO IX. VISÃO GERAL DA PENA</b>	
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO .....	653
1. Conceito .....	653
2. Fundamento .....	653
3. Fins .....	653
A. Prevenção geral .....	654
B. Prevenção especial .....	654
4. A pena como processo de diálogo .....	654
5. A incapacidade penal da pessoa jurídica .....	655
SEÇÃO ÚNICA. ETAPAS DO DINAMISMO PENAL .....	657
6. Cominação .....	657
7. Aplicação .....	658
8. Execução .....	658
CAPÍTULO II. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS .....	659
9. Noções gerais .....	659
10. O princípio de humanidade .....	659
A. Direitos Humanos .....	660

B. Uma Teoria Geral dos Direitos Humanos.....	661
11. O princípio da anterioridade da lei penal .....	662
12. O princípio da personalidade .....	662
13. O princípio da individualização .....	662
14. O princípio da proporcionalidade .....	663
15. O princípio da necessidade .....	664
16. O princípio da suficiência .....	664
17. O princípio da utilidade .....	664
<b>CAPÍTULO III. CLASSIFICAÇÃO DAS PENAS .....</b>	<b>666</b>
18. Antiga classificação .....	666
19. Penas institucionais e penas alternativas .....	667
20. Penas alternativas e penas restritivas de direitos.....	667
21. A revolução das penas alternativas.....	667
22. Espécies de penas alternativas.....	670
<b>CAPÍTULO IV. PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE .....</b>	<b>671</b>
23. Noções gerais .....	671
24. Tendências de unificação .....	671
A. Movimentos internacionais .....	672
B. Propostas nacionais .....	672
25. A manutenção do sistema dualista.....	672
<b>SEÇÃO ÚNICA. ESPÉCIES DE PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE .....</b>	<b>673</b>
26. Reclusão .....	673
A. Conceito .....	673
B. Características .....	673
27. Detenção .....	673
A. Conceito .....	673
B. Características .....	673
28. Prisão simples .....	674
A. Conceito .....	674
B. Características .....	674
<b>CAPÍTULO V. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS.....</b>	<b>675</b>
29. Noções gerais .....	675
30. Conceito .....	675
31. Introdução legislativa .....	675
32. O regime anterior .....	676
33. Caráter exaustivo da previsão .....	676
34. Autonomia .....	677
35. Função substitutiva e contradição legislativa .....	677
36. Condições de aplicação .....	678
A. O problema da reincidência.....	678
B. A concessão do benefício ao reincidente .....	679
C. A concessão do benefício nos crimes de violência e ameaça.....	679
37. Conversão .....	680

A. Conceito .....	680
B. Hipóteses .....	680
B.1. Descumprimento da restrição .....	680
B.2. Condenação à pena privativa de liberdade .....	681
38. Detração .....	681
SEÇÃO I. ESPÉCIES DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS .....	682
39. Prestação pecuniária.....	682
A. Noções gerais.....	682
B. Conceito .....	682
C. Prestação pecuniária e multa reparatória .....	683
D. Multa reparatória e multa penitenciária .....	683
E. Limites.....	683
40. Perda de bens e valores .....	684
A. Noções gerais.....	684
B. Conceito .....	684
C. Perda de bens e valores e o confisco.....	685
D. A constitucionalidade da previsão.....	685
E. Caráter compensatório .....	685
F. Limites .....	686
G. O Fundo Penitenciário Nacional.....	686
41. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	687
A. Conceito .....	687
B. Aplicação .....	687
C. A experiência estrangeira .....	687
D. A experiência brasileira .....	689
E. Duração .....	690
F. O sentido utilitário da pena: um exemplo notável .....	690
42. Interdição temporária de direitos.....	691
A. Conceito .....	691
B. Espécies .....	692
B.1. Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo (CP, art. 47, I).....	692
B.2. Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público (CP, art. 47, II) .....	692
B.3. Suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo (CP, art. 47, III) .....	693
B.4. Proibição de frequentar determinados lugares (CP, art. 47, IV) .....	693
B.5. Proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exames públicos (CP, art. 47, V).....	694
C. Duração .....	695
43. Limitação de fim de semana.....	695
A. Conceito .....	695
B. Duração .....	696
44. Recolhimento domiciliar.....	696
A. Conceito .....	696



B. Duração .....	696
C. A ineficácia dessa pena .....	697
SEÇÃO II. AVALIAÇÃO CRÍTICA .....	697
45. Uma visão positiva .....	697
46. Uma visão cética.....	698
CAPÍTULO VI. PENAS PECUNIÁRIAS.....	700
47. Noções gerais.....	700
48. Conceito de multa.....	701
49. Características.....	701
50. A multa penitenciária.....	701
51. A multa reparatória.....	702
CAPÍTULO VII. MEDIDAS CAUTELARES COM EFEITOS PENAIS.....	704
52. Noções gerais .....	704
53. Medidas cautelares e meios de prova .....	704
54. Classificação.....	704
§ 1.º MEDIDAS PESSOAIS .....	705
55. A prisão provisória.....	705
A. A prisão em flagrante.....	705
B. A prisão temporária .....	706
C. A prisão preventiva.....	706
D. A prisão domiciliar.....	707
E. A prisão posterior à pronúncia.....	708
F. A prisão para apelar.....	708
56. Medidas cautelares pessoais diversas da prisão.....	708
§ 2.º MEDIDAS PATRIMONIAIS.....	709
57. A busca e apreensão .....	709
58. O arresto.....	709
59. A hipoteca legal.....	710
60. A indisponibilidade de bens.....	710
§ 3.º MEDIDAS DE NATUREZA MISTA.....	710
61. Afastamento do cargo ou emprego.....	710
62. Suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir.....	711
§ 4.º MEDIDAS DE <i>LEGE FERENDA</i> .....	711
63. Anteprojeto de reforma setorial do CPP .....	711
64. O Projeto 156, de 2009 .....	711
<b>TÍTULO X. A COMINAÇÃO DA PENA</b>	
CAPÍTULO I. A PREVISÃO CONSTITUCIONAL.....	713
1. Noções gerais .....	713
2. Elenco não exaustivo .....	713
SEÇÃO I. PENAS ADMITIDAS .....	714
3. A privação da liberdade.....	714

4.	A restrição da liberdade.....	714
5.	A prestação pecuniária.....	715
6.	A perda de bens.....	715
7.	A multa penitenciária.....	715
8.	A multa reparatória.....	716
9.	A prestação social alternativa.....	717
10.	A suspensão de direitos.....	717
11.	As interdições de direitos.....	718
SEÇÃO II.	PENAS PROIBIDAS.....	718
12.	Morte.....	718
13.	De caráter perpétuo.....	719
14.	Trabalhos forçados.....	720
15.	Banimento.....	720
16.	Degredo.....	721
17.	Desterro.....	721
18.	Exílio.....	721
19.	Cruéis.....	721
SEÇÃO III.	PENAS TOLERADAS.....	722
20.	Sanções penais indígenas.....	722
CAPÍTULO II.	A PREVISÃO LEGAL.....	725
21.	Noções gerais.....	725
SEÇÃO I.	CÓDIGO PENAL.....	725
22.	Penas privativas de liberdade.....	725
23.	Penas restritivas de direitos.....	725
24.	Penas de interdição pela violação do dever.....	726
25.	Pena de multa.....	727
SEÇÃO II.	LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS.....	728
26.	Prisão simples.....	728
27.	Multa.....	728
28.	Extinção das penas acessórias.....	728
SEÇÃO III.	OUTRAS LEIS ESPECIAIS.....	728
29.	Noções gerais.....	728
30.	Crimes de responsabilidade (I).....	728
31.	Crimes de responsabilidade (II).....	729
32.	Crimes de responsabilidade (III).....	729
33.	Crimes de responsabilidade (IV).....	730
34.	Crimes de violação de telecomunicação.....	731
35.	Crimes militares.....	732
36.	Crimes eleitorais.....	732
37.	Crimes de imprensa.....	734
38.	Sanções penais da cultura indígena.....	734
39.	Crimes políticos.....	735
40.	Crime de terrorismo.....	735

41. Crimes relacionados à criança e ao adolescente .....	736
42. Crimes contra o consumidor .....	737
43. Crimes relacionados à improbidade administrativa .....	737
44. Crimes de trânsito .....	738
45. Crimes de licitação .....	738
46. Crimes contra o meio ambiente .....	738
47. Crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher .....	739
48. Crimes relacionados a drogas .....	739

## TÍTULO XI. A APLICAÇÃO DA PENA

CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO .....	741
1. A importância da atividade judicial .....	741
2. A aplicação da pena e o devido processo legal .....	741
3. A aplicação da pena no processo litigioso .....	741
4. A aplicação da pena no procedimento consensual .....	742
5. A discussão sobre a constitucionalidade dessa operação .....	742
CAPÍTULO II. A MEDIDA CONCRETA DA PENA .....	744
6. Necessidade e suficiência da pena .....	744
7. A fundamentação da medida da pena .....	744
8. A individualização da pena .....	744
SEÇÃO I. A INDIVIDUALIZAÇÃO LEGAL .....	744
9. Noções gerais .....	744
10. Concurso de circunstâncias .....	745
SEÇÃO II. A INDIVIDUALIZAÇÃO JUDICIAL .....	746
11. Noções gerais .....	746
12. O estabelecimento da pena-base .....	751
13. Os limites do tipo fundamental .....	751
§ 1.º FIXAÇÃO ABAIXO DO LIMITE MÍNIMO .....	751
14. Impossibilidade .....	751
15. Possibilidade .....	753
§ 2.º FIXAÇÃO ACIMA DO LIMITE MÁXIMO .....	753
16. Impossibilidade .....	753
17. Possibilidade .....	754
CAPÍTULO III. CAUSAS LEGAIS MODIFICADORAS DA PENA .....	755
18. Noções gerais .....	755
SEÇÃO I. CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES .....	755
19. “Non bis in idem” .....	755
§ 1.º CIRCUNSTÂNCIAS CONSTITUTIVAS DO CRIME .....	755
20. Conceito .....	755
21. Espécies .....	756
§ 2.º CIRCUNSTÂNCIAS QUALIFICADORAS DO CRIME .....	756
22. Conceito .....	756

23. Espécies.....	757
§ 3.º CARACTERÍSTICAS DAS AGRAVANTES.....	757
24. Caráter exaustivo das hipóteses legais.....	757
25. Caráter obrigatório de aplicação.....	757
26. Inaplicabilidade nos crimes culposos.....	757
§ 4.º CLASSIFICAÇÃO DAS AGRAVANTES.....	758
27. Circunstâncias de caráter pessoal ou subjetivas.....	758
28. Circunstâncias de caráter objetivo.....	758
§ 5.º RELAÇÃO DAS AGRAVANTES.....	758
29. A reincidência.....	758
30. Efeitos da reincidência.....	759
31. Inconstitucionalidade da reincidência.....	760
32. Constitucionalidade da reincidência.....	762
33. Demais hipóteses.....	762
A. Por motivo fútil ou torpe.....	763
B. Para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime.....	763
C. À traição, de emboscada ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido.....	763
D. Com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum.....	763
E. Contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge.....	764
F. Com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou de violência contra a mulher na forma da lei específica.....	764
G. Com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão.....	765
H. Contra criança, pessoa maior de 60 anos, enfermo ou mulher grávida.....	765
I. Quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade.....	766
J. Em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido.....	767
K. Em estado de embriaguez preordenada.....	767
L. Agravantes em leis especiais.....	768
§ 6.º AGRAVANTES NO CASO DE CONCURSO DE PESSOAS.....	768
34. Justificação.....	768
35. Hipóteses.....	769
A. A liderança intelectual.....	769
B. A coação e o induzimento.....	769
C. A instigação e a determinação.....	769
D. O interesse de obter vantagem.....	770
SEÇÃO II. CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES.....	770
36. Obrigatoriedade.....	770
37. Relação.....	770
A. A idade inferior a vinte e um anos.....	770
B. A idade superior a setenta anos.....	771

C. O desconhecimento da lei .....	772
D. O relevante valor social da conduta .....	772
E. O relevante valor moral da conduta .....	772
F. A tentativa de evitar ou minorar as consequências do crime .....	773
G. A reparação do dano antes do julgamento .....	773
H. A coação resistível .....	773
I. O cumprimento de ordem de autoridade superior .....	773
J. A influência de violenta emoção provocada por ato injusto da vítima .....	774
K. A confissão espontânea da autoria do crime .....	774
L. A prática do crime sob a influência de multidão em tumulto .....	775
38. Atenuante de causa atípica .....	776
SEÇÃO III. CAUSAS DE ESPECIAL AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DA PENA .....	777
39. Conceito .....	777
40. Exemplos .....	778
A. Causas de especial aumento de pena previstas no Código Penal .....	778
B. Causas de especial aumento de pena previstas em leis especiais .....	778
C. Causas de especial diminuição de pena previstas no Código Penal .....	778
D. Causas de especial diminuição de pena previstas em leis especiais .....	778
SEÇÃO IV. CONCURSO DE CAUSAS MODIFICADORAS DA PENA .....	778
41. Noções gerais .....	778
42. Espécies .....	779
A. Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes .....	779
B. Concurso de causas de especial aumento ou diminuição da pena .....	780
CAPÍTULO IV. O CONCURSO DE INFRAÇÕES .....	781
43. Noções gerais .....	781
44. Concurso de infrações e culpabilidade .....	781
SEÇÃO I. O CONCURSO MATERIAL .....	781
45. Conceito .....	781
46. Concurso material e reincidência .....	782
47. Aplicação cumulativa .....	782
SEÇÃO II. O CONCURSO FORMAL .....	782
48. Conceito .....	782
49. Concurso homogêneo e concurso heterogêneo .....	783
50. Concurso próprio e concurso impróprio .....	783
51. Punibilidade do concurso .....	783
SEÇÃO III. O CRIME CONTINUADO .....	783
52. Referência histórica .....	783
53. Conceito .....	784
54. Crimes da mesma espécie .....	784
55. A caracterização pelos elementos exteriores .....	785
56. O tempo decorrido entre as condutas .....	785
57. Causa de especial aumento (I) .....	786
58. Causa de especial aumento (II) .....	787

59.	Aspectos particulares quanto ao crime continuado .....	788
A.	Crime e contravenção .....	788
B.	Crimes dolosos e crimes culposos.....	788
C.	Crimes simples e crimes qualificados.....	788
D.	Formas qualificadas diversas.....	789
E.	Crimes consumados e crimes tentados .....	789
F.	Pluralidade de vítimas .....	789
G.	Roubos diferentes .....	789
H.	Roubo e furto.....	790
I.	Latrocínio e roubo .....	790
J.	Roubo e sequestro .....	790
K.	Roubo e extorsão.....	790
L.	Calúnia e difamação .....	791
M.	Peculato e falsidade de documento .....	791
N.	O elemento subjetivo.....	791
O.	A suspensão do processo.....	791
60.	Crime continuado e reiteração criminosa ou habitualidade delitiva .....	792
CAPÍTULO V. O CÁLCULO DA PENA.....		793
61.	A operação trifásica .....	793
62.	A pena-base .....	795
63.	Frações não computáveis na pena.....	797
CAPÍTULO VI. APLICAÇÃO DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS .....		799
64.	Noções gerais .....	799
65.	Substituição.....	799
66.	Individualização .....	800
CAPÍTULO VII. APLICAÇÃO DA PENA DE MULTA .....		801
67.	Noções gerais .....	801
68.	Substituição.....	801
A.	Substituição simples.....	801
B.	Substituição cumulada .....	801
69.	Individualização.....	802
70.	Concurso de crimes .....	802
CAPÍTULO VIII. OS LIMITES DE APLICAÇÃO DA PENA.....		804
71.	Os limites das penas privativas de liberdade.....	804
72.	Os limites das penas restritivas de direito.....	804
73.	Os limites da pena de multa.....	804
<b>TÍTULO XII. A EXECUÇÃO DA PENA</b>		
CAPÍTULO I. O DIREITO DE EXECUÇÃO PENAL .....		805
1.	Conceito.....	805
2.	Denominação da disciplina.....	805
3.	Marcos da Lei de Execução Penal .....	806
A.	Finalidades .....	806

B. Referências históricas .....	806
C. A necessidade de uma lei específica .....	807
D. Regras de execução no CP/1940.....	807
E. A Lei 3.274/1957 e anteprojetos de Código de Execuções Penais .....	808
F. A superação do aparente impedimento .....	808
G. Um Estatuto do presidiário .....	809
4. Autonomia legislada.....	809
5. Natureza jurídica.....	810
6. Princípios fundamentais .....	810
7. Sujeitos passivos da execução penal .....	810
A. Preso provisório.....	810
B. Condenado .....	811
C. Internado .....	811
D. Egresso.....	811
8. Órgãos da execução penal.....	811
CAPÍTULO II. OS EFEITOS DA CONDENAÇÃO .....	812
9. Noções gerais .....	812
10. Localização sistemática do instituto.....	812
11. Efeitos penais .....	812
12. Efeitos processuais .....	813
13. Efeitos civis e comerciais.....	814
14. Efeitos administrativos.....	815
15. Suspensão dos direitos políticos e perda do mandato eletivo .....	816
16. O trânsito em julgado da condenação.....	818
CAPÍTULO III. EXECUÇÃO DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE .....	819
SEÇÃO I. A INDIVIDUALIZAÇÃO EXECUTIVA.....	819
17. Noções gerais .....	819
18. A classificação dos condenados.....	819
19. O exame criminológico.....	819
SEÇÃO II. OS REGIMES DE EXECUÇÃO .....	820
20. Noções gerais .....	820
21. Conceito .....	820
22. Espécies.....	821
A. Regime comum.....	821
B. Regime especial para a mulher.....	821
C. Regime especial para o índio .....	822
D. Regime especial para o idoso.....	822
23. Forma progressiva da execução .....	822
A. Progressão no regime e individualização da pena .....	823
B. A inconstitucionalidade da regra proibitiva da progressão.....	825
24. Transferência, progressão, regressão e conversão .....	826
§ 1.º REGRAS DO REGIME FECHADO.....	827
25. Noções gerais .....	827

26.	Conceito.....	827
27.	Características.....	827
§ 2.º	REGRAS DO REGIME SEMIABERTO.....	828
28.	Noções gerais.....	828
29.	Conceito.....	828
30.	Inexistência de estabelecimento ou falta de vaga.....	828
§ 3.º	REGRAS DO REGIME ABERTO.....	829
31.	Noções gerais.....	829
32.	Conceito.....	830
33.	Inexistência de estabelecimento ou falta de vaga.....	830
SEÇÃO III. ESTABELECIMENTOS PENAIS.....		831
34.	Noções gerais.....	831
	A. Conceito.....	831
	B. A arquitetura prisional.....	832
	C. A histórica “falta de verbas”.....	833
35.	Regras mínimas da arquitetura prisional.....	833
36.	Natureza e finalidade.....	834
37.	Espécies de estabelecimentos.....	834
§ 1.º	A PENITENCIÁRIA.....	834
38.	Noções gerais.....	834
39.	Penitenciária para mulheres e para homens.....	835
§ 2.º	A COLÔNIA AGRÍCOLA, INDUSTRIAL OU SIMILAR.....	835
40.	Noções gerais.....	835
41.	Características.....	835
§ 3.º	A CASA DO ALBERGADO.....	836
42.	Noções gerais.....	836
43.	Características.....	836
§ 4.º	O CENTRO DE OBSERVAÇÃO.....	836
44.	Noções gerais.....	836
45.	Características.....	837
§ 5.º	O HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO.....	837
46.	Noções gerais.....	837
47.	Requisitos, necessidade e finalidades.....	837
§ 6.º	A CADEIA PÚBLICA.....	837
48.	Noções gerais.....	837
49.	Necessidade e finalidades.....	837
SEÇÃO IV. OS DEVERES, OS DIREITOS E A DISCIPLINA.....		838
50.	A especificação necessária.....	838
51.	A assistência em geral.....	838
52.	A assistência em especial.....	839
	A. Assistência material.....	839
	B. Assistência à saúde.....	839
	C. Assistência jurídica.....	839



D. Assistência educacional.....	840
E. Assistência social.....	841
F. Assistência religiosa.....	841
G. Assistência ao egresso.....	841
53. O trabalho prisional.....	842
SEÇÃO V. SUPERVENIÊNCIA DE DOENÇA MENTAL.....	843
54. A solução legal.....	843
55. Conceito de doença mental.....	843
56. A hipótese da perturbação da saúde mental.....	844
57. Recolhimento do condenado.....	844
58. Recolhimento do preso provisório.....	844
59. Recolhimento de réu interdito.....	844
60. Estabelecimento adequado.....	844
61. Conversão da pena privativa de liberdade em medida de segurança.....	845
62. Duração da medida de segurança substitutiva.....	845
63. Suspensão da execução da multa.....	845
64. Suspensão da execução das penas restritivas de direitos.....	845
SEÇÃO VI. A EXECUÇÃO DA PENA EM MEIO LIVRE.....	846
65. Noções gerais.....	846
§ 1.º A SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA.....	846
66. Conceito.....	846
67. Natureza jurídica.....	846
68. Espécies.....	847
69. O suposto direito subjetivo.....	848
70. Requisitos.....	850
A. Situações peculiares.....	850
B. Crimes hediondos e indulto.....	851
C. Aplicação contemporânea e sucessiva.....	851
D. Efeitos da condenação.....	851
71. Condições.....	851
A. Período de prova.....	852
B. Prorrogação do período de prova.....	852
72. Revogação.....	852
73. Extinção da pena.....	852
§ 2.º O LIVRAMENTO CONDICIONAL.....	853
74. Conceito.....	853
75. Natureza jurídica.....	853
76. Espécies.....	853
77. O suposto direito subjetivo.....	853
78. Requisitos.....	854
79. Condições.....	854
80. Revogação.....	855
81. Extinção da pena.....	855
82. Proibição do livramento condicional.....	856

CAPÍTULO IV. A EXECUÇÃO DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS .....	857
83. Noções gerais .....	857
84. Alteração da forma de cumprimento.....	857
85. Personalidade .....	857
SEÇÃO I. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE OU A ENTIDADES PÚBLICAS .....	858
86. Natureza e alcance da restrição .....	858
87. Beneficiários dos serviços e controle da execução .....	858
88. Conversão .....	858
SEÇÃO II. INTERDIÇÃO TEMPORÁRIA DE DIREITOS.....	858
89. Natureza das interdições .....	858
90. Conversão .....	859
SEÇÃO III. LIMITAÇÃO DE FIM DE SEMANA .....	859
91. Controle da execução e encargos do estabelecimento .....	859
92. Conversão .....	859
CAPÍTULO V. A EXECUÇÃO DA PENA DE MULTA.....	860
93. A multa como dívida de valor .....	860
94. Legitimidade para promover a execução.....	860
95. Procedimentos alternativos de cobrança.....	861
96. Superveniência de doença mental ou perturbação da saúde mental.....	861
CAPÍTULO VI. A EXECUÇÃO NO CASO DO CONCURSO DE INFRAÇÕES .....	862
97. Penas privativas de liberdade .....	862
98. Penas restritivas de direitos.....	862
99. Penas de multa .....	863
CAPÍTULO VII. OS LIMITES DE EXECUÇÃO DAS PENAS .....	864
100. Limites das penas privativas de liberdade .....	864
101. Limites das penas restritivas de direitos.....	866
102. Limites da pena de multa .....	867
CAPÍTULO VIII. A DETRAÇÃO.....	868
103. Noções gerais .....	868
104. Conceito .....	868
105. Fundamento .....	869
106. Hipóteses em que se opera a detração.....	869
A. Prisão provisória.....	869
B. Prisão administrativa .....	869
C. Prisão por infração penal diversa .....	869
D. Prisão civil .....	870
E. Penas restritivas de direitos .....	870
CAPÍTULO IX. A REMIÇÃO .....	871
107. Noções gerais .....	871
108. Conceito.....	871
109. Efeitos quanto à pena privativa de liberdade .....	871

110. Efeitos quanto às penas restritivas de direitos .....	871
111. Natureza jurídica.....	872
112. Ausência de oferta de trabalho .....	872
113. Acidente no trabalho.....	873
114. Revogação do benefício.....	873
115. Remição e detração .....	873
116. Remição pelo estudo.....	873

### TÍTULO XIII. A REABILITAÇÃO

CAPÍTULO ÚNICO.....	875
1. Conceito.....	875
2. Indicação histórica.....	875
3. Natureza jurídica.....	876
4. Penas atingidas pela reabilitação.....	877
5. Sigilo dos registros .....	877
6. Prescrição e reabilitação .....	878
7. Requisitos.....	878
8. Competência para conhecer do pedido.....	880
9. Renovação do pedido.....	880
10. Recurso da decisão concessiva.....	881
11. Recurso da decisão denegatória .....	882
12. Revogação .....	882
13. O patronato: esperança e frustração.....	882
14. O drama ambulante do egresso.....	884

### TÍTULO XIV. VISÃO GERAL DA MEDIDA DE SEGURANÇA

CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO .....	887
1. Pena e medida de segurança .....	887
2. Conceito.....	887
3. Sistemas: duplo binário e vicariante.....	887
4. Natureza jurídica.....	888
5. Espécies.....	889
6. Destinatários .....	889
7. Superveniência de doença mental.....	889
CAPÍTULO II. PRINCÍPIOS DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA .....	891
8. O princípio da humanidade .....	891
9. O princípio da necessidade.....	891
10. O princípio da anterioridade da lei penal .....	891
11. O princípio da jurisdicionalidade .....	892
12. O princípio da personalidade.....	892
13. O princípio da retroatividade da lei .....	892
CAPÍTULO III. PREVISÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA .....	893
14. Precisão terminológica.....	893

15. A previsão legal das medidas.....	893
<b>CAPÍTULO IV. APLICAÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA .....</b>	<b>894</b>
16. Pressupostos legais.....	894
17. Periculosidade real .....	894
18. Periculosidade presumida .....	894
19. Aplicação provisória.....	895
20. Fundamentação da sentença .....	895
21. Substituição da pena por medida de segurança .....	896
22. Substituição de uma medida por outra .....	896
23. Prazo .....	896
<b>CAPÍTULO V. EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA .....</b>	<b>898</b>
24. Início de execução.....	898
A. Noções gerais.....	898
B. Órgãos da execução .....	898
25. Estabelecimento adequado.....	899
26. Custódia indevida .....	900
27. Desinternação condicional.....	900
28. Liberação condicional .....	900
29. Liberação definitiva.....	900
30. Prazo .....	901
31. Detração .....	901
32. Liberação ilegal .....	901
33. Perícia médica .....	901
<b>CAPÍTULO VI. DIREITOS DO INTERNADO .....</b>	<b>902</b>
34. A previsão dos direitos do internado .....	902
35. Recolhimento em local adequado .....	902
36. Sujeição a tratamento.....	902
37. Proteção e direitos específicos.....	903
<b>CAPÍTULO VII. REVOGAÇÃO E EXTINÇÃO .....</b>	<b>904</b>
38. Noções gerais .....	904
39. Revogação da medida de segurança.....	904
40. Extinção da medida de segurança .....	904
41. Extinção da punibilidade .....	904
42. Prescrição da medida de segurança.....	905
<b>TÍTULO XV. A AÇÃO PENAL</b>	
<b>CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>907</b>
1. O tratamento do tema no CP .....	907
2. Ação penal e ação civil .....	908
3. Conceito de ação penal .....	908
4. Conceito de processo penal.....	909
5. Condições da ação penal.....	910

6.	Pressupostos processuais .....	912
7.	Condições de procedibilidade .....	913
8.	<i>Notitia criminis</i> .....	913
9.	Inquérito policial.....	914
10.	Juiz de Garantias .....	914
11.	Pedido de explicações .....	915
CAPÍTULO II. AÇÃO PENAL PÚBLICA .....		916
12.	Titularidade .....	916
13.	Denúncia .....	916
14.	Ação penal pública incondicionada .....	916
	A. Conceito .....	916
	B. Princípios.....	917
15.	Ação pública condicionada.....	917
	A. Conceito .....	917
	B. Representação.....	918
	C. Requisição .....	918
	D. Legitimação concorrente .....	918
16.	Ação penal no crime complexo.....	919
17.	O assistente do MP na ação penal .....	919
	A. Conceito .....	919
	B. Legitimação .....	920
	C. A legitimação de ente público .....	921
	D. Da ação civil resultante da condenação .....	921
18.	Ação penal privada subsidiária.....	921
CAPÍTULO III. AÇÃO PENAL DE INICIATIVA PRIVADA .....		922
19.	Conceito .....	922
20.	Princípios .....	922
21.	Titularidade .....	922
22.	Queixa.....	923
23.	Reconciliação .....	923
24.	Morte ou ausência do ofendido.....	924
25.	Decadência .....	924
	A. Conceito .....	924
	B. Contagem do prazo .....	924
26.	Renúncia .....	924
	A. Conceito .....	924
	B. Espécies .....	925
	C. Efeitos.....	925
27.	Perdão do ofendido .....	926
	A. Conceito .....	926
	B. Espécies .....	926
	C. Efeitos .....	926
28.	Perempção.....	927

CAPÍTULO IV. A SUSPENSÃO DO PROCESSO .....	928
29. Noções gerais .....	928
A. A suspensão do processo nas questões prejudiciais .....	928
B. A suspensão do processo no interesse do réu.....	928
30. Natureza jurídica da suspensão no interesse do réu .....	930
31. Tipos de suspensão no interesse do réu .....	930
SEÇÃO I. SUSPENSÃO DE CARÁTER GERAL .....	931
32. Noções gerais .....	931
33. Ausência.....	931
34. Revelia.....	931
35. Requisitos.....	932
36. Aspectos controvertidos.....	932
A. A suposta inconstitucionalidade da regra.....	932
B. Irretroatividade da lei nova.....	932
C. O problema do prazo da prescrição.....	933
SEÇÃO II. SUSPENSÃO DE CARÁTER ESPECIAL.....	933
37. Noções gerais .....	933
38. Requisitos.....	934
39. Condições.....	934
40. Pluralidade de réus.....	934
41. Concurso de crimes e crime continuado .....	934
42. Período de prova .....	935
43. Revogação do benefício.....	935
44. Continuidade do processo .....	935
45. A extinção da punibilidade .....	935
CAPÍTULO V. A DISPENSA DA AÇÃO PENAL .....	936
46. As infrações penais de menor potencial ofensivo .....	936
SEÇÃO I. SUBSTITUTIVOS PROCESSUAIS .....	936
47. A conciliação .....	936
48. A transação.....	937
49. A extinção da punibilidade .....	937
50. O acordo de não persecução penal.....	938
SEÇÃO II. A DESPENALIZAÇÃO JUDICIAL.....	939
51. As práticas de despenalização .....	939
CAPÍTULO VI. A COLABORAÇÃO PREMIADA .....	940
52. Uma renovada forma de transação penal .....	940
53. Precisão terminológica, benefícios pessoais e procedimento.....	940
54. A consagração legal dos princípios da necessidade e da utilidade.....	942
55. O arrependimento como imposição de consciência.....	943
CAPÍTULO VII. A REFORMA DO PROCESSO PENAL BRASILEIRO.....	945
56. A concepção original do CPP e o advento da CF/88.....	945
57. Os Projetos de Reforma.....	945

58. O Projeto de Lei do Senado 156/2009.....	946
<b>TÍTULO XVI. A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE</b>	
<b>CAPÍTULO I. A PUNIBILIDADE .....</b>	<b>947</b>
1. Conceito .....	947
2. Posição sistemática.....	947
3. Punibilidade e pena.....	948
4. Condições objetivas de punibilidade .....	948
<b>CAPÍTULO II. CAUSAS EXTINTIVAS DE PUNIBILIDADE.....</b>	<b>950</b>
5. Conceito .....	950
6. Características .....	950
7. Natureza jurídica.....	950
8. Relação não exaustiva .....	951
A. No sistema do CP .....	951
B. Na legislação especial .....	951
9. Concurso de pessoas .....	952
<b>CAPÍTULO III. ESPECIFICAÇÃO DAS CAUSAS.....</b>	<b>953</b>
10. Morte do agente .....	953
11. Anistia .....	953
§ 1.º ESPÉCIES.....	954
12. Anistia própria .....	954
13. Anistia imprópria .....	954
14. Anistia plena .....	954
15. Anistia restrita.....	954
16. Anistia incondicional .....	955
17. Anistia condicional .....	955
§ 2.º PROCEDIMENTO.....	955
18. Lei de Execução Penal.....	955
19. Graça .....	955
§ 1.º ESPÉCIES.....	956
20. Graça ampla .....	956
21. Graça restrita.....	956
§ 2.º PROCEDIMENTO.....	956
22. Lei de Execução Penal.....	956
23. Indulto .....	956
§ 1.º ESPÉCIES.....	957
24. Indulto incondicional.....	957
25. Indulto condicional.....	957
§ 2.º SOMA DE PENAS .....	958
26. Delitos autônomos .....	958
§ 3.º DISPENSA DA COISA JULGADA.....	958
27. Concessão .....	958

§ 4.º PROCEDIMENTO.....	958
28. Lei de Execução Penal.....	958
29. Comutação de pena.....	958
30. Retroatividade da lei mais benéfica.....	959
A. Entendimento de lei mais benéfica.....	960
B. Sucessão de leis no tempo .....	960
C. Apuração de maior benignidade.....	960
D. <i>Abolitio criminis</i> .....	960
31. Prescrição .....	962
A. Noções gerais.....	962
B. Conceito .....	963
§ 1.º ESPECIES.....	963
32. Prescrição da ação penal (prescrição da pretensão punitiva).....	963
33. Prescrição da condenação (prescrição da pretensão executória) .....	964
§ 2.º PRAZOS.....	965
34. Critério e limites .....	965
§ 3.º TERMO INICIAL .....	965
35. Antes de transitar em julgado a sentença final.....	965
36. Após o trânsito em julgado da condenação .....	965
§ 4.º CRIMES IMPRESCRITÍVEIS.....	966
37. Noções gerais .....	966
38. Relação .....	966
§ 5.º CAUSAS IMPEDITIVAS OU SUSPENSIVAS .....	967
39. Noções gerais .....	967
40. A previsão constitucional.....	967
41. A previsão no CP.....	967
42. A previsão no CPP e na legislação especial.....	967
§ 6.º CAUSAS INTERRUPTIVAS .....	968
43. Noções gerais .....	968
44. A previsão no CP.....	968
§ 7.º ●S VÁRIOS TIPOS DE PRESCRIÇÃO.....	969
45. Prescrição das penas privativas de liberdade.....	969
46. Prescrição das penas restritivas de direitos .....	969
47. Prescrição da pena de multa.....	969
48. Prescrição das medidas de segurança.....	970
49. Redução dos prazos de prescrição.....	970
50. Prescrição no caso de fuga do condenado.....	972
51. Prescrição no caso de revogação do livramento condicional .....	973
52. Prescrição nos crimes complexos.....	973
53. Prescrição nos crimes conexos.....	973
54. Prescrição no caso de concurso de crimes .....	973
55. Prescrição no caso de crime continuado.....	974
56. Prescrição das penas mais leves .....	974



57. Decadência .....	974
58. Perempção.....	974
59. Renúncia .....	975
60. Perdão do ofendido.....	975
61. Retratação.....	975
62. Perdão judicial .....	976
63. Pagamento do tributo ou de contribuições .....	977

## TÍTULO XVII. SÚMULAS DA JURISPRUDÊNCIA

<b>CAPÍTULO I. A IMPORTÂNCIA DAS SÚMULAS .....</b>	<b>979</b>
1. Noções gerais .....	979
2. A origem da Súmula do STF .....	979
3. Classificação das súmulas .....	980
4. Natureza, limites e eficácia das súmulas .....	980
5. A Súmula de Efeito Vinculante .....	981

<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>983</b>
DOCUMENTOS .....	1004
DICIONÁRIOS .....	1005
REVISTAS .....	1005
BOLETINS.....	1006
ENCICLOPÉDIAS .....	1006

## CONTEÚDO EXTRA PROVIEW

ABREVIATURAS DE AUTORES E OBRAS  
TÁBUA DE ABREVIATURAS  
PREFÁCIO À SÉTIMA EDIÇÃO  
PREFÁCIO À SEXTA EDIÇÃO  
PREFÁCIO À QUINTA EDIÇÃO  
PREFÁCIO À QUARTA EDIÇÃO  
PREFÁCIO À TERCEIRA EDIÇÃO  
PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO  
PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO  
ÍNDICE ALFABÉTICO E REMISSIVO  
OUTRAS OBRAS DO AUTOR